

**XLVIII ENCONTRO DO COPEDEM**  
**Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura**

**CARTA DE BELO HORIZONTE**

O COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA, reunido na cidade de Belo Horizonte-MG, entre os dias 13 e 15 de junho de 2019, deliberou:

1. O estudo da segurança humana nas escolas judiciais de Magistratura interessa ao Poder Judiciário, notadamente para compreensão da violência, do crime organizado, dos mecanismos, estratégias e tecnologias utilizadas na prática de crimes transnacionais e na rede mundial de computadores, e assim proporcionar melhores técnicas de instrução processual e de decisões de casos complexos;
2. Os cursos de aperfeiçoamento, a pesquisa científica e a instituição de laboratórios para o desenvolvimento de inteligência artificial no âmbito das Escolas Judiciais e de Magistratura são medidas necessárias para a humanização da tecnologia e sua adequada utilização pelo Poder Judiciário nos sistemas de processo judicial eletrônico e em outras atividades cotidianas, em busca do aprimoramento e da estabilidade da jurisdição.
3. A formação judicial passa por processo de transformação, que parte do pressuposto de que o juiz é permanentemente chamado para resolver problemas, para os quais sua formação, essencialmente técnica e dogmática não é suficiente. Para tomar decisões, gerir pessoas e processos, comunicar-se em ambientes cada vez mais complexos, o juiz precisará associar teoria e prática. É nesse contexto que as escolas judiciais são chamadas à mudança nas metodologias de formação. É preciso preparar o magistrado para que seja capaz de mobilizar os saberes prévios, diante de situações concretas. Nesse processo, a participação do magistrado na própria formação e de colegas é fundamental, assim como o uso de estratégias ativas de ensinagem.
4. O desafio das escolas judiciais quanto à efetividade e impacto das ações educativas aliando o planejamento pedagógico das Escolas à estratégia da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal, e aos planos de curso. Essa integração é que assegurará à Escola impactar o desempenho de magistrados e servidores de modo a obter melhores resultados junto aos jurisdicionados. Nos planos de ensino, sempre ter como foco os pontos críticos dos processos de trabalho, para definir e desenvolver competências necessárias para enfrentá-los.
5. A complexidade das relações humanas no ambiente global e internacionalizado reclama ações de cooperação internacional e troca de experiências entre as escolas de formação e aperfeiçoamento de magistrados, de modo a proporcionar aos juízes uma visão holística dos problemas que afetam a humanidade. De igual modo, a cooperação internacional com outras entidades afins e a realização de cursos e atividades de aperfeiçoamentos nacionais e internacionais são de vital importância para o desenvolvimento de uma prestação jurisdicional efetiva de qualidade, que além de apresentar soluções para os problemas, proporcionam a paz social.

Belo Horizonte- MG , 14 de junho de 2019.

**Desembargador MARCO VILLAS BOAS**  
Presidente do Copedem

**Desembargador NELSON MISSIAS DE MORAIS**  
Presidente do Tribunal de de Justiça de Minas Gerais

**Desembargadora ÁUREA MARIA BRASIL SANTOS PEREZ**  
Superintendente da Escola Judicial Edésio Fernandes (EJEF-MG)

**Desembargador EDVALDO PEREIRA DE MOURA**  
Vice-Presidente Administrativo do Copedem  
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Piauí (ESMEPI)

**Desembargador MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**  
Diretor Financeiro do Copedem  
Diretor da Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMA-PB)

**Desembargador EURICO DE BARROS CORREIA FILHO**  
Primeiro-Secretário do Copedem  
Ex-Diretor da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE)

**Desembargador ROBERTO BARROS DOS SANTOS**  
Diretor da Escola Judicial do Acre (EJUD-AC)

**Desembargador CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA**  
Diretor da Escola Judicial do Amapá (EJUD-AP)

**Desembargadora MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR**  
Representando a Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)

**Desembargador GEORGE LOPES LEITE**  
Diretor da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) – Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro

**Desembargador JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO**  
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM)

**Desembargadora MARIA EROTIDES KNEIP**  
Diretora da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso (ESMAGIS)

**Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES**  
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESMA-PA)

**Desembargador CLAYTON DE ALBUQUERQUE MARANHÃO**  
Diretor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)

**Desembargador FERNANDO LOPES E SILVA NETO**  
Diretor da Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD-PI)

**Desembargador FRANCISCO SARAIVA DANTAS SOBRINHO**  
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)

**Desembargador LUIZ CESAR MEDEIROS**  
Diretor Executivo da Academia Judicial de Santa Catarina (AJSC)

**Juíza RITA DE CÁSSIA RAMOS DE CARVALHO**  
Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)

**Juíza MARIA IZABEL PEREIRA DE AZEVEDO ALTOÉ**  
Coordenadora da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (ESMAGES)

**Juíz CAMILO JOSE D'AVILA COUTO**  
Coordenador da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (ESMAGES)

**Juíz CLEANTO ALVES PANTALEÃO FILHO**  
Coordenador Administrativo da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)

**Juíz FAUSTINO MACEDO DE SOUSA FERREIRA**  
Representante da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE)

**Juíz LUIZ MARCIO VICTOR ALVES PEREIRA**  
Representante da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ)

**Juíz MARCELO PIZOLATI**  
Coordenador de Formação Inicial da Academia Judicial de Santa Catarina (AJSC)

**Juíz CLOVIS SANTINON**  
Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

